

15/01/2016 às 05h00

Negócio da China

Por **Fernando Filgueiras**

Com a febre da venda de jogadores de futebol para a China, desmanchando nosso combalido campeonato brasileiro, outro campeonato também vai se esfacelando à medida das mudanças de rumo e de profundo viés de seleção nas escolhas feitas. A Operação Lava-Jato vai se fragmentando em uma colcha de retalhos difícil de ser tecida e reparada à medida que as delações premiadas vão servindo ao mais raso e estreito jogo político, sem o devido cuidado com os procedimentos e com os princípios que devem servir ao império da lei.

Delações têm sido feitas, refeitas e publicizadas conforme o jogo de poder corre. Virou um negócio da China para os empresários políticos, ou seja, para aqueles, tais como Youssef, Cerveró e Paulo Roberto Costa, que fizeram a intermediação e a lavagem de dinheiro entre empresários privados (no caso, construtoras) e os diversos atores do sistema político. A se seguir as delações recentemente revistas e jogadas aleatória e impunemente à opinião pública, todos os agentes do sistema político têm culpa no cartório, esvaziando o próprio sentido de uma organização criminosa que pilhou os recursos da Petrobras. Este mercado de delações premiadas criado pelo voluntarismo da Polícia Federal e do Ministério Público compromete a narrativa da organização criminosa que estaria por trás da Lava-Jato, fragmentando esta rede de corrupção em retalhos mal costurados e sem o fator de conexão da rede de corrupção.

A estratégia adotada pela Procuradoria-Geral da República, no caso do mensalão, foi levar todo o processo de investigação e denúncia dos réus para o âmbito criminal e não administrativo, requerendo para isso a legislação que trata do crime organizado. A menção, no caso do mensalão, de uma organização criminosa que comprava votos no Congresso Nacional com recursos de caixa dois e de doações não contabilizadas de empresas e bancos foi o cerne pelo qual o processo foi desenvolvido e que possibilitou, pela primeira vez, que políticos e empresários fossem responsabilizados e incriminados por corrupção. Ao juízo do Ministério Público, faltaram elementos de prova que pudessem ligar os diferentes agentes na intrincada rede do mensalão. Desde então, o Ministério Público pressionou e fez lobby pela aprovação da Lei 12.850 de 2013, que trata das organizações criminosas. Este seria um passo fundamental para o processo de investigação da corrupção, porquanto facilitava às instituições os meios de obtenção de prova e trazia a figura jurídica e controversa da colaboração premiada.

Mercado de delações pode virar uma pizza gigante

Tão logo aprovada a nova lei das organizações criminosas, surgiu o caso da Lava-Jato a partir de investigações da Polícia Federal sobre um esquema de lavagem de dinheiro na fronteira com o Paraguai, tendo como personagem central a figura de Alberto Youssef. A partir da delação de um dos principais personagens do caso, descobriu-se uma intrincada rede de corrupção na Petrobras. Youssef percebeu uma forma de salvar o próprio pescoço e tendo o caso uma alta notoriedade da opinião pública, jogou diversos agentes do sistema político na vala dos corruptos comuns. A extensão e a malha dessa rede de corrupção só se fez crescer e desvelou uma complexa relação entre políticos, empresários políticos que captam recursos aos partidos e empresários de diversos ramos econômicos, com destaque para a construção civil.

O uso desinibido da delação premiada colocou a nu o sistema político, deixando sobre o governo a responsabilidade pela amarração dessa rede de



Fernando Filgueiras

Fernando Filgueiras é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador e pesquisador do Centro de Referência do Interesse Público (Crip), na mesma Universidade. Possui vários artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais. É autor de "Corrupção, democracia e legitimidade" (Editora UFMG) e organizou, junto com Leonardo Avritzer, "Corrupção e sistema político no Brasil" (Editora Civilização Brasileira).

Fale com Fernando Filgueiras

Política

Últimas Lidas Comentadas Compartilhadas

Legislativo e Judiciário recebem R\$ 419 milhões para auxílio-moradia
08h26

Jobim aponta contradições do STF 
05h00

Dilma e Temer têm o primeiro encontro de 2016 
05h00

Quintão mantém candidatura à liderança na Câmara 
05h00

Ver todas as notícias



DENIS CIMAF Brasil 

Manutenção de Linhas
Triturador Florestal Rápido, Eficaz Solução Definitiva - Econômico

Vídeos

Porém, ao mesmo tempo em que colocou o sistema político a nu, criou um mercado de informações vazadas seletivamente à mídia que retira o foco do processo de investigação e compromete a narrativa que, ao fim e ao cabo, a Procuradoria-Geral da República terá que construir no julgamento dos diversos personagens. Recentemente, Cerveró revisou sua colaboração incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso no esquema de corrupção da Lava-Jato por meio da atuação de diversos burocratas, alguns já falecidos, na gestão da Petrobras. Da mesma forma, esta revisão realizada por Cerveró jogou a influência do presidente Lula dentro da Petrobras no esquema da Lava-Jato. Os ex-presidentes foram jogados no inferno da opinião pública sem o mínimo de provas e sem qualquer recato para estabelecer mecanismos de pressão.

Sendo verdadeira a colaboração de Cerveró, não faz sentido pensar a tese da organização criminosa que pilhou os recursos da Petrobras, uma vez que uma organização criminosa pressupõe expedientes e tarefas aos seus agentes e uma liderança que controle de cima o processo. Difícil crer, a esta altura, que governo e oposição fariam jogo de cena no sistema político e se juntassem na direção da organização criminosa. Caindo a tese da organização criminosa, toda a arquitetura criminal construída pelo juiz Sergio Moro e pela Procuradoria-Geral da República vão à ruína, sendo difícil dizer quais são os elementos que ligam sistematicamente os diversos envolvidos na rede de corrupção da Petrobras. Sendo falsa a colaboração de Cerveró, criamos uma vala comum em que todo político é ladrão e o sistema é corrupto na entrada e não na saída. Sendo falsa a delação, caberá ao Ministério Público e à Polícia Federal reverem seus procedimentos. Colaboração premiada deve ser exceção e não uma regra processual da investigação.

Em meio à fragmentação e perda de foco da Lava-Jato, podemos estar criando uma pizza gigante com este mercado de delações que virou um negócio da China para empresários corruptos atolados até o pescoço. Como cada um quer salvar o próprio pescoço, cada um cria a sua leitura e versão do caso conforme os ventos da política estejam apontando. No final ficaremos com a vala comum de todo político é ladrão e que a democracia não presta. Correr atrás do próprio rabo pode render um mau negócio quando agentes policiais e procuradores, ao invés de investigação, resolvem fazer política com a informação.

Fernando Filgueiras é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais e colunista convidado do "Valor". César Felício volta a escrever na próxima semana

E-mail: fernandofilgueiras@hotmail.com



Como deverá ocorrer a tramitação do pedido de impeachment
23/12/2015



Decisão Legislativa

Acompanhamento de projetos

CONGRESSO

Senado vota proposta de repatriação de recursos

CONGRESSO

Câmara deve votar MP sobre reforma administrativa

Conteúdo exclusivo do parceiro do Valor



Veja como ficou o mapa eleitoral do Brasil



Quais foram os resultados das urnas

Como foi a votação para presidente, por estado, e a eleição para governador

Veja o infográfico

Edição Impressa

19-01-2016



Acesse o índice do jornal impresso e selecione as editorias e matérias que quer ler. Conteúdo exclusivo para assinantes.

Recomendar

19

Tweet

Share

2

G+

1

Q

Casa das Caldeiras

Por Redação

Copom abre o ano de olho no descolamento das expectativas

O Consultor Financeiro

Por Marcelo d'Agosto

Inflação é uma grande preocupação em 2016

O Estrategista

Por André Rocha

Crise do BTG lembra a do Pactual dos anos 90
